

ATA DA 258ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2023 (VIRTUAL)**Data:** 31/01/2023**Início:** 10h00**Término:** 12h00**Link:** <https://us02web.zoom.us/j/81135534517?pwd=YmxzME5mVnhxZ2FRbU1KSGlCRUZoZz09>

O Sr. Presidente deu início à reunião. Representantes da DHA justificaram a ausência.

Foi dispensada a leitura da ata anterior (257ª) pelo fato de a mesma ter sido encaminhada por e-mail aos conselheiros que não apresentaram nenhuma observação, sendo assim aprovada por unanimidade.

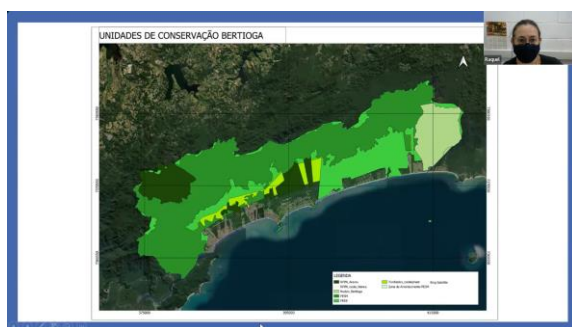
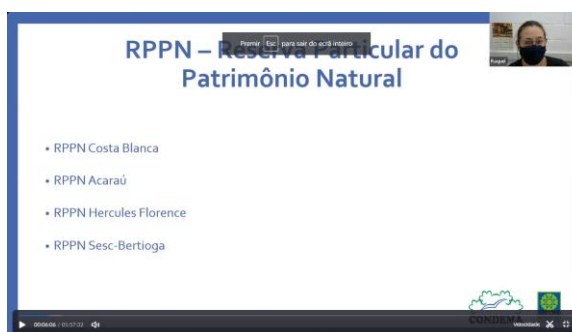
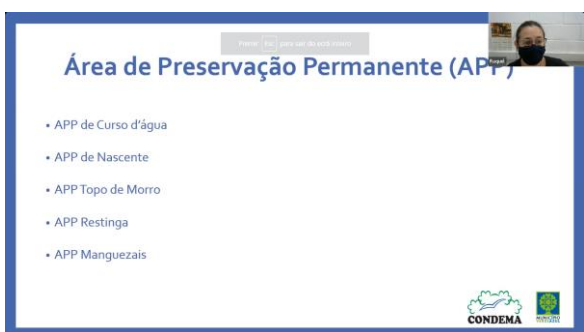
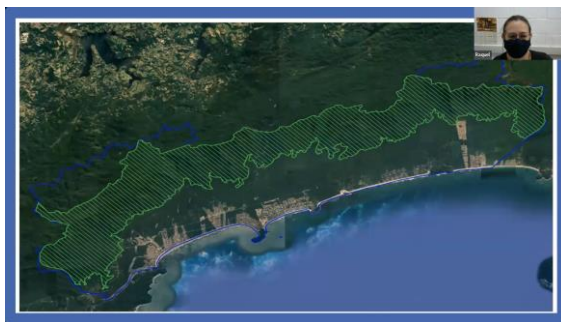
PAUTA:

- 1. Minuta de Resolução CONDEMA:** o Sr. Presidente apresentou as Sras. Raquel Zambeli e Noelle Farias, ambas biólogas, técnicas da Secretaria de Meio Ambiente, que conta também com as biólogas Juliana e Beatriz. Convidou-as a iniciar breve explanação sobre o teor da minuta. A minuta será encaminhada por e-mail aos conselheiros.



A Sra. Raquel compartilhou a tela e iniciou explicando que a minuta “Dispõe sobre os casos de realocação de Área de Preservação interna aos lotes na análise dos pedidos de supressão de vegetação nativa classificados como Fragmento Florestal em estágio médio das tipologias de Restinga para qualquer edificação em área urbana”. Antes de explicar ponto a ponto da minuta, apresentou as áreas de preservação contempladas no município.





Em seguida a Sra. Noelle explicou sobre o Plano de Manejo do PERB, aprovado por meio da Resolução SMA n.º 203/2018 e sobre a criação das zonas de amortecimento.

RESOLUÇÃO SMA Nº 203, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

Aprova o Plano de Manejo do Parque Estadual Restinga de Bertiooga, unidade de conservação da natureza de proteção integral, criada pelo Decreto nº 56.500, de 9 de dezembro de 2010, e dispõe sobre o seu regulamento.

DA ZONA DE AMORTECIMENTO

Artigo 16 - A Zona de Amortecimento - ZA do Parque Estadual Restinga de Bertiooga tem como objetivo minimizar os impactos ambientais negativos sobre a unidade de conservação e incentivar o desenvolvimento de práticas sustentáveis no entorno e é composta por **4 (quatro) setores**, cujas respectivas caracterizações constam do Plano de Manejo, conforme o Mapa da Zona de Amortecimento que constitui o Anexo II desta Resolução:

Falou sobre o Art. 21 da mesma resolução que versa sobre as normas de utilização no Setor IV, cujo destaque é maior por trazer a maior parte da área urbana do município, desde a região Central até Boracéia. Fora do Setor IV temos o Costa do Sol, basicamente. Na alínea II consta que, para os casos de preservação que não estiverem previstos na Lei da Mata Atlântica e que conseguissemos descaracterizar a função ecológica a preservação pode ser feita no Setor I.

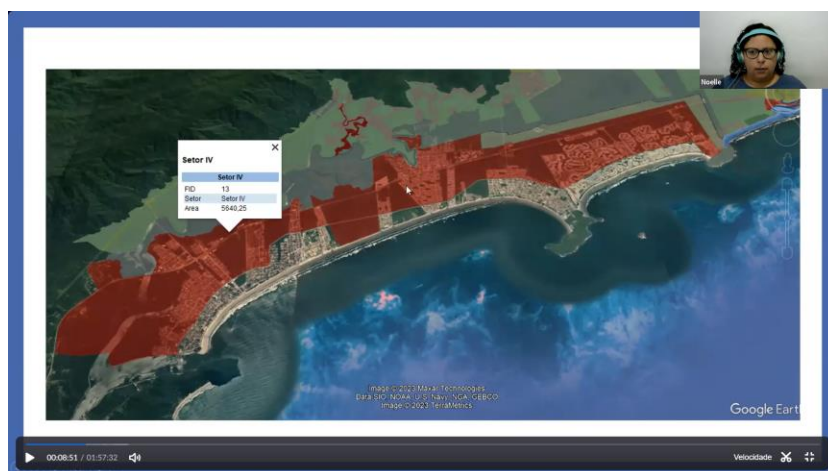
Artigo 21 - Aplicam-se ao Setor IV as seguintes normas e restrições específicas:

I - As obras, atividades e empreendimentos, incluindo as de utilidade pública ou interesse social, deverão compatibilizar-se com os objetivos da Zona de Amortecimento - ZA, devendo ser previstas e implementadas medidas mitigadoras para os seguintes impactos, especialmente:

- a) Intensificação dos processos de dinâmica superficial do solo;
- b) Assoreamento dos cursos d'água e alteração na qualidade e quantidade da água superficial e subterrânea;
- c) Aumento do tráfego de veículos e abertura de acessos irregulares.

II - A preservação de vegetação nativa prevista nos artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, deverá prioritariamente considerar: i) a conectividade com a unidade de conservação; ii) o corredor ecológico entre a Serra do Mar e o oceano; iii) a vegetação de restinga próxima ao mar;

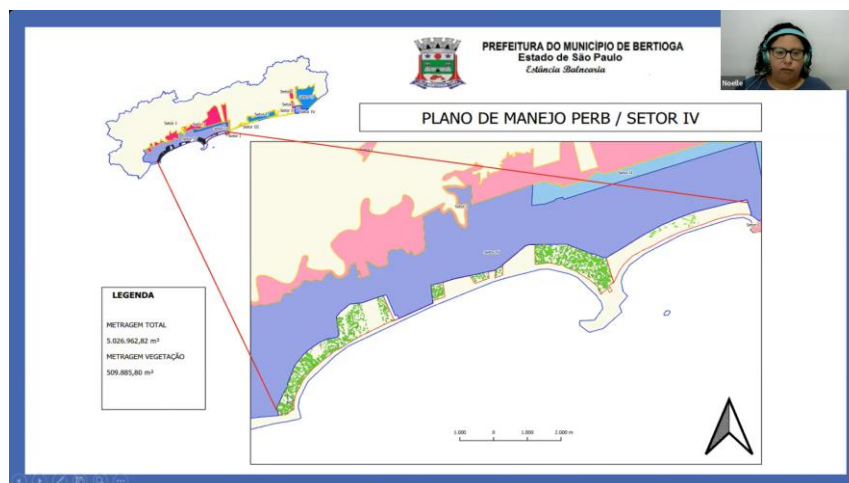
a) Nos casos em que a preservação de vegetação nativa prevista nos artigos 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006 não tenha função ecológica, poderá ser realizada a preservação de área equivalente em propriedades inseridas no Setor I, desde que aprovado pelo órgão licenciador e respeitada a legislação vigente.



Falou que o que sobra de malha urbana é um trecho bastante reduzido em relação ao total de área do município de Bertiooga. Observando a imagem podemos dizer que a linha divisória da área urbana para o Setor IV é a Av. Anchieta. Então, para cima da Av. Anchieta, em direção ao morro, estamos no Setor IV. Para baixo da Av.

Anchieta, em direção à praia, estamos na malha urbana. Na região da Riviera essa divisa passa a ser a Av. da Orla.

Mostrou um mapa que fizeram para ilustrar, dentro da malha urbana, as áreas que ainda possuem vegetação, descontando grandes glebas e RPPNs. São lotes passíveis de ocupação na área urbana. Isto corresponde a cerca de 10% de toda a área que está fora do Setor IV.

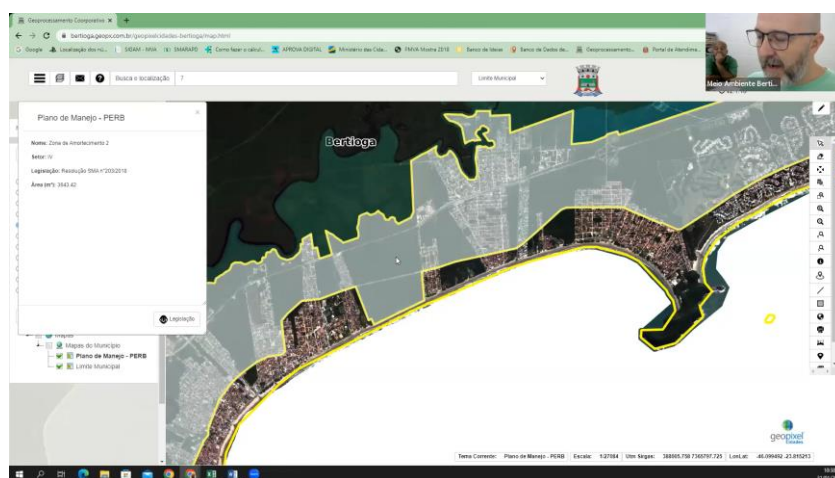


A ideia desta minuta é possibilitar que as preservações destes lotes fossem feitas também no Setor I. Essas áreas são diminutas e suas áreas verdes tendem ao alagamento, trazendo diversos problemas aos proprietários. Essa vegetação tem dificuldade de se manter, não tem conexão com o Parque, dificilmente terá conexão com outras áreas verdes. A proposta desta minuta é que possamos aplicar o mesmo critério aplicado ao Setor IV. Não dispensamos a preservação, mas a fazemos em local onde há maior chance de sobrevivência.

A Sra. Raquel complementou que a ideia é ter uma resolução que consiga validar o artigo 21 da Resolução do PERB para estes pequenos lotes que não estão contemplados no Setor IV. Nesses poucos lotes com vegetação que ficam fora do Setor IV temos que fazer cumprir as legislações federais e estaduais. Explicou um pouco sobre as exigências para supressão de vegetação nas legislações em vigor, sobre a aplicação dos conceitos de compensação e preservação ambiental. A Lei Federal 11.428, conhecida como Lei da Mata Atlântica, diz que para lotes com vegetação caracterizada como Fragmento de Floresta em estágio médio de regeneração é necessário manter 30% do lote como área de preservação, no local. Isso significa que hoje, numa área isolada, inserida num contexto urbano, com edificações, infraestrutura urbana atendendo aquele bairro, mas é necessário manter a área de preservação. A diferença é que no Setor IV é possível que essa preservação equivalente a 30% do lote seja feita fora dele. É possível pedir que essa preservação aconteça no Setor I da zona de amortecimento do PERB, ou seja, num local que tem conexão direta com o PERB, onde é necessário manter o corredor ecológico, fazendo a divisão entre Setor I e malha urbana. Mantivemos a compensação ambiental, também conforme exigido nas legislações estaduais, equivalente a 1,5 vez a área a ser suprimida. A compensação ambiental pode ser realizada em toda a Bacia Sudoeste-Atlântico. Assim, a ideia da minuta é poder realocar os 30% de preservação exigidos dentro dos lotes na malha urbana, que

estão fora do Setor IV, para o Setor I. Quando observamos o mapa percebemos que temos uma área muito grande com vegetação, que corresponde a 10%. Mas temos também uma imensa área vegetada, mostrada no início desta apresentação. Se olharmos o município como um todo, segundo o último levantamento do Instituto Florestal, temos 83,5% de floresta nativa, ou seja, de área preservada.

O Sr. Presidente complementou que, em 2020, entramos com pedido na CETESB-Cubatão para que, com base no Plano de Manejo do PERB, pudéssemos fazer a preservação exigida por lei em outro setor. Para licenciar um lote, contamos com dois mecanismos disponíveis na legislação: a compensação, que se dá por um percentual, fora do lote, sobre aquilo que será cortado – 1,5 vez a área a ser suprimida; a preservação: quando da aprovação de loteamento estabelece-se uma área verde, de preservação. O que acontece hoje é que temos lotes com o entorno totalmente ocupado. Então o proprietário que vai licenciar seu lote com vegetação nesta área precisa deixar uma porcentagem de vegetação nos fundos do seu lote. Essa área acaba morrendo, muitas vezes por alagamento, porque todo o entorno já é ocupado e ela não tem conectividade com Unidades de Conservação. Por conta da Resolução do Plano de Manejo, permitiu-se que os lotes no Setor IV tivessem sua preservação feita no Setor I, de modo a proteger ainda mais o Parque Estadual. Compartilhou tela e mostrou imagem do geoprocessamento indicando o Setor IV.



Aquela área que seria compensada na malha urbana e iria morrer, deve ser preservada no Setor I, mais próximo ao Parque. O pedido feito em 2020 teve resultado positivo. O que estamos propondo é que este mecanismo de preservação utilizado no Setor IV se estenda para a área urbana, trazendo assim, ganho ambiental. Explicou que a minuta não será submetida à plenária hoje. Trouxe a apresentação para que o conselho tenha ciência do que está sendo trabalhado. Tentamos solucionar problemas e a situação que enfrentamos hoje é uma grande quantidade de proprietários que fizeram essa preservação no fundo de seus lotes e essa vegetação está morrendo, sem função ambiental nenhuma. Abriu a palavra aos conselheiros.

O conselheiro Paulo Velzi falou que participou do gerenciamento costeiro e entende que estamos penalizando mais uma vez os munícipes. Os lotes que hoje se encontram na malha urbana não são mais Mata Atlântica, por isso, no gerenciamento costeiro classificamos como zona 5, seguindo o exemplo de Santos

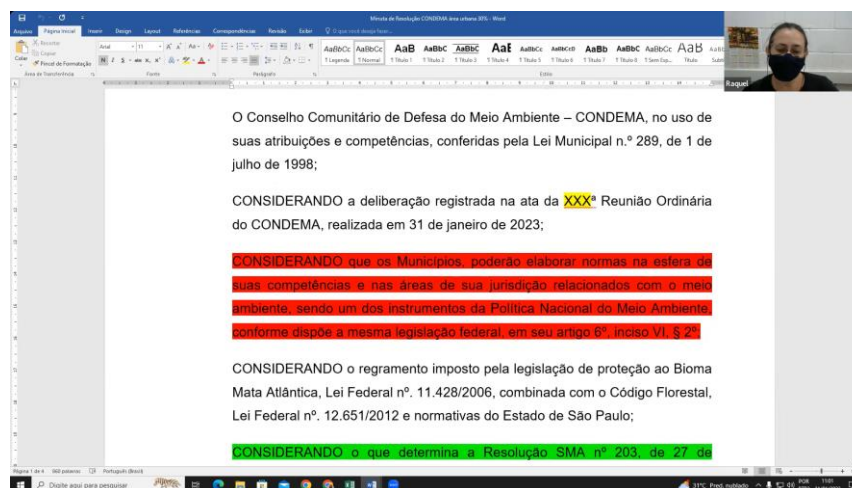
e São Vicente, pois trata-se de área urbana, de livre ocupação. Concorde que é necessário rever essa situação, pensando, inclusive, descaracterizar a vegetação para dispensar a preservação.

O Sr. Presidente falou que quando entraram com o pedido em 2020, pleitearam tanto para o Setor IV quanto para a área urbana, mas a CETESB só aceitou o mecanismo de preservação para o Setor IV. Nossa intenção é exatamente trabalhar com o zoneamento ecológico-econômico (Z5).

O Sr. Presidente explicou que o próximo passo é, com a minuta pré-aprovada pelo CONDEMA, encaminhar para análise jurídica da CETESB e da empresa que presta assessoria jurídica para a Prefeitura. O que queremos, em parceria com a CETESB, é encontrar um mecanismo legal para solucionar essa questão do licenciamento de lotes em malha urbana. E é importante a participação do conselho, pois o CONDEMA tem uma comissão que emite anuência para os processos de licenciamento.

O conselheiro Luiz Augusto perguntou se há no município áreas que precisam ser revegetadas, pensando em criar uma nova zona para esta preservação ser possível no futuro. O Sr. Presidente respondeu que este é um ponto muito importante e que será trazido nos Assunto Gerais, informando que o IPT foi contratado para elaborar o Plano Municipal da mata Atlântica. A primeira reunião técnica ocorreu sexta-feira passada e nos comprometemos a montar o Grupo Técnico – GT para trabalhar junto ao IPT. Pediu para que tivesse uma comissão do CONDEMA no GT. O Plano da Mata Atlântica é exatamente identificar estas áreas que precisam ser revegetadas, enriquecidas e que tenham, de fato, valor ambiental. Essas duas legislações devem trabalhar em paralelo. Podemos estudar a possibilidade legal de, por exemplo, ao invés de preservar parte do lote, revegetar uma área indicada no Plano.

Os conselheiros dirimiram dúvidas, discutiram o assunto e possibilidades. O Sr. Presidente explicou que todas as possibilidades estão sendo trabalhadas na minuta. A Sra. Raquel compartilhou tela com o texto da minuta, explicando que ainda não está finalizada. Precisamos cuidar para não sermos menos restritivos que o Estado.



Explicou que o Decreto 6.660 coloca que a Lei da Mata Atlântica não deve ser aplicada em áreas urbanas. Queremos trabalhar este conceito, junto com os ZRs, classificando tudo como Z5. Usaremos como argumentos na minuta para fortalecer

a resolução. O Plano Municipal da Mata Atlântica – PMMA nos favorece pois nos diz o que é realmente vegetação de Mata Atlântica dentro do município. Esse Plano levará cerca de 12 meses para concluir, então, estamos nos antecipando.

O Sr. Presidente concluiu dizendo que temos que encontrar mecanismos legais para licenciar de forma justa. Após os trâmites já mencionados a minuta final será trazida para aprovação da plenária.

O conselheiro Juarez falou que o Plano da Mata Atlântica pode ser grande aliado neste processo e ressaltou a importância do diálogo com o IPT e traz à luz essas áreas que tem algum valor ecológico e entender que áreas para além do Setor I tem efetivo valor de conservação. Fundamental definir que áreas tem verdadeiro valor ecológico. Continuaram a debater o assunto. O conselheiro Juarez continuou e afirmou ser muito interessante esta ferramenta de pensar a restauração também como processo de preservação. É mais uma alternativa. Uma beira de rio, de nascente, barranco, etc. O Sr. Presidente lembrou que o assunto não se aplica a grandes glebas, que tem regramento próprio.

O Sr. Presidente, para encerrar esta pauta, falou que precisa montar a comissão com três representantes do CONDEMA para participarem do GT do PMMA. Os conselheiros Paulo Velzi, Teresa, Luiz Augusto e Juarez se voluntariaram e os demais concordaram. O Sr. Presidente informou que a Sra. Raquel é gestora do contrato e a Sra. Noelle integra a equipe técnica.

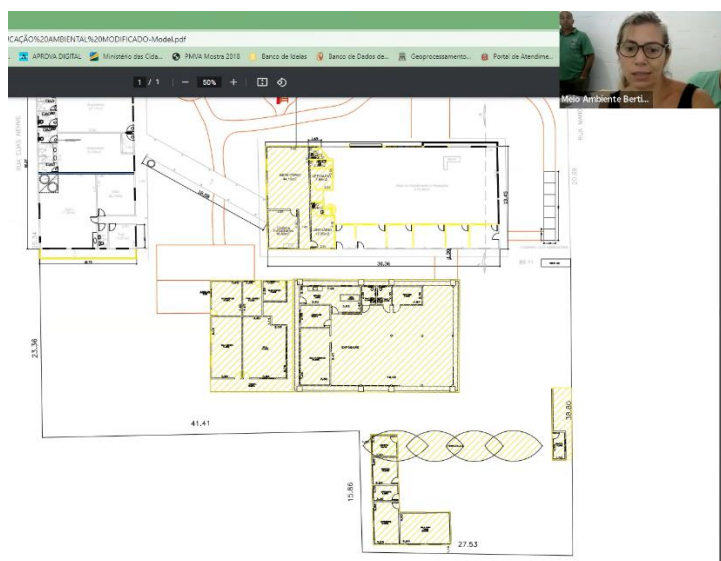
2. **FUNESPA:** o Sr. Presidente apresentou a conciliação bancária constante nas atas das Reuniões do Conselho Diretor do FUNESPA, referentes às prestações de contas dos meses de novembro e dezembro de 2022, respectivamente. Explicou que estamos com problemas no servidor e não temos acesso no momento aos arquivos de trabalho.

Primeiramente a ata demonstrando extrato do mês de novembro, com saldo final R\$ 3.057.656,14 (três milhões, cinquenta e sete mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quatorze centavos). Sendo na conta Nº 65-8 R\$ 2.819.329,00 (dois milhões, oitocentos e dezenove mil, trezentos e vinte e nove centavos) e na conta aplicação Nº 14192-0 R\$ 238.327,14 (duzentos e trinta e oito mil, trezentos e vinte e sete reais e quatorze centavos). Mostrou a conciliação bancária e extrato. O Sr. Presidente falou que questionou a contabilidade sobre o aumento considerável no valor do fundo, observando que as receitas tem aumentado constantemente e eles ficaram de fazer o levantamento da origem dessas receitas e encaminhar.

Em seguida a ata demonstrando extrato do mês de dezembro, com saldo final R\$ 3.276.165,45 (três milhões, duzentos e setenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos). Sendo na conta Nº 65-8 R\$ 3.036.375,30 (três milhões, trinta e seis mil, trezentos e setenta e cinco reais e trinta centavos) e na conta aplicação Nº 14192-0 R\$ 239.790,15 (duzentos e trinta e nove mil, setecentos e noventa reais e quinze centavos). A conselheira Teresa questionou sobre o maior valor não estar na conta aplicação. O Sr. Presidente respondeu que já pediu ao representante da DFI para corrigir esta nomenclatura, posto que já foi explicado que

as duas contas são do tipo “aplicação”. A conselheira Teresa pediu que seja observado o tipo de aplicação mais adequado para que, enquanto o dinheiro não estiver sendo utilizado, gere melhor rendimento. Mostrou a conciliação bancária e extrato. Falou que pedirá ao Sr. José Givaldo, representante da DFI, que traga essas informações na próxima reunião do FUNESPA.

Explicou que começará a implementação da 2ª fase das obras do Centro de Educação Ambiental. Presente a arquiteta Daniela Mariano, responsável por transformar as ideias no projeto. Orçamos o projeto em torno de 2 milhões de reais de investimento e, antes de licitarmos, precisamos fazer o projeto executivo. O projeto executivo é o projeto básico, a partir de onde fazemos o detalhamento de todas as partes que compõem a obra. Estudos de fundação, hidráulica, sanitária, elétrica, lógica, ar-condicionado, materiais. Isto é necessário para que não licitemos projetos, como já aconteceu, e ficar faltando elementos. O conselho Diretivo do FUNESPA aprovou e agora submete à Plenária recurso estimado em R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) para contratação de empresa para elaboração de Projeto Executivo CEA – Fase 2. O Sr. Presidente mostrou alguns orçamentos e passou a palavra à Sra. Daniela Mariano, que explanou sobre a segunda fase do projeto do CEA.



A Sra. Daniela explanou sobre o projeto, o que está sendo previsto para esta segunda fase. Falou que a obra inclui melhora da cozinha e do refeitório, que servirá para os funcionários e para os alunos do alojamento. Também haverá um grande espaço multiuso, que servirá para abrigar exposições, museus, circuito de atendimento. A portaria será realocada para a Rua Manoel Gajo e contará com uma guarita, restringindo o acesso. Foi feito estudo de fluxograma para o espaço físico, visando entender o que cada espaço atende, quais são as demandas de cada espaço, para organizá-las da melhor forma. Falou um pouco das atividades que o CEA deve realizar e atender e explanou sobre o projeto. O Sr. Presidente complementou que o prédio existente onde funciona o Viveiro será demolido para a construção das novas instalações com todas as adequações e infraestrutura para

atender aos objetivos do CEA. Este é o projeto básico, feito pela arquiteta Daniela, para o qual precisamos do Projeto Executivo para licitar.

A Diretora de Educação Ambiental, Sra. Mylene parabenizou o esforço da Sra. Daniela para harmonizar e integrar o Viveiro ao Centro de Educação Ambiental, transformando num ambiente único.

O conselheiro Juarez ressaltou a necessidade de pensar as saídas dos resíduos, especialmente os não recicláveis. Importante que isto seja previsto no projeto.

O Sr. Presidente falou que a proposta de intervenção é para justamente a obra não ficar com aspecto de “puxadinho”. Por isso demolir e construir as instalações de forma adequada. A conselheira Teresa pediu que ficasse garantido que este prédio permaneça sob administração da Secretaria de Meio ambiente independente de mudança de governo. O Sr. Presidente respondeu que esta garantia já está descrita na Lei do Programa Municipal de Educação Ambiental. A Sra. Mylene falou que a Lei prevê o prédio existente hoje. Entende que seria necessário um ajuste. O Sr. Presidente concordou e disse ser possível fazer esta previsão no Plano de Municipal de Educação Ambiental.

O Sr. Presidente colocou em votação e a reunião concluiu com a autorização de despesa que monta valor de **R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)** e foi deliberado e **APROVADO** por unanimidade pela Plenária.

3. ASSUNTOS GERAIS:

- a. **Sr. Presidente, Fernando Poyatos**: informou ter recebido e-mail do Sr. Raphael, ex-conselheiro do CONDEMA, solicitando que seja colocado na pauta da reunião de março a convocação dos responsáveis pelas obras da Transposição do Rio Itapanhaú para atualização de informações. Atendendo a esse pedido, que considera pertinente, convidará a SABESP a realizar apresentação para o Conselho. Lembrou que havia previsão de inaugurar a obra em junho ou setembro do ano passado.
- b. **Conselheira Teresa**: pediu informações sobre a coleta seletiva. O Sr. Presidente respondeu que houve atualização junto à cooperativa, numa série de reuniões, e definiram os setores da coleta seletiva. Hoje temos o município setorizado. Ainda não trouxemos para o Conselho porque uma empresa de publicidade da prefeitura está trabalhando na elaboração de uma campanha para sensibilização e mobilização da população sobre a coleta seletiva. Hoje o município está dividido em 11 setores. Compartilhou tela:



Rota dos Caminhões

Separe também o Óleo de Cozinha

As cooperativas e Associações de Catadores coletam o óleo de cozinha usado e a indústria de reciclagem os transforma em biodiesel. Cada litro de óleo despejado no esgoto contamina em média, 20 mil litros de água. Para participar, basta armazenar em uma garrafa pet o óleo e a gordura (não esqueça de esperar esfriar) gerados na sua casa ou na sua empresa e entregar aos coletores.

FAÇA A SUA PARTE. SEPRE SEUS RECICLÁVEIS

Setores	
Setor I Jd. Veleiro	Setor VII Indaiá
Setor II Albatroz I e II	Setor VIII Centro
Setor III Maitinga	Setor IX Jd. São Rafael
Setor IV Rio da Praia	Setor X Jd. V. de Carvalho
Setor V Vista Linda	Setor XI Chác. Vista Linda e Mangue Seco
Setor VI São Lourenço, Costa do Sol, Guaratuba e Boracéia	

CAMINHÃO 1

2ª FEIRA – Setor IV, Setor I, Setor VIII	5ª FEIRA – Setor V (compreende os colégios e o condomínio Hanga Roa)
3ª FEIRA – Setor VI	6ª FEIRA – Setor VI
4ª FEIRA – Setor VIII, Setor I, Setor II	

CAMINHÃO 2

2ª feira – Setor VII, Setor V e Setor VII	5ª feira – Setor III, Setor IV, Setor VIII
3ª feira – Setor III, Setor IV e Setor VIII	6ª feira – Setor VII, Setor V, Setor VIII
4ª feira – Setor VII e Setor VIII	

CAMINHÃO 3

2ª, 3ª e 6ª feira – Setor VI	4ª feira – SETOR X	5ª feira – SETOR XI
------------------------------	--------------------	---------------------



COORB
Cooperativa de Triagem de Sucata
União de Bertioga

COOPERSUBERT.

Rodovia Dr. Manoel Hipólito do Rego, Trevo do Km 227
Bertioga/SP - Tels.: (13) 99714-5805 | (13) 99761-4229

Falou que o cooperado está providenciando habilitação para caminhão e provavelmente conseguiremos ampliar a rota da coleta. Temos a coleta em todos os bairros. A cooperativa fez recentemente capacitação na região próxima ao Viveiro, com o cooperado e apoio da Educação Ambiental da SM, com ação porta-a-porta para que possamos ter diagnóstico de cada bairro. A cooperativa já elaborou um Jingle que será utilizado nos caminhões para ajudar a chamar o morador. Temos parcerias com as Associações de Bairros que nos auxiliam com a comunicação com os moradores. Agora iremos iniciar o segmento de coleta nos condomínios, tanto verticais quanto horizontais. Nos próximos meses convocaremos todas as administradoras para integrar todos os condomínios à coleta. A conselheira Teresa observou que está faltando o horário em que é realizada a coleta e o Sr. Presidente concordou que precisa especificar.

A conselheira Maria Inês perguntou se em Boracéia (Setor VI) a coleta será domiciliar ou no Ecoponto. O Sr. Presidente falou que a coleta é feita no Ecoponto e nos LEVs, mas que se a Associação ajudar a trabalhar a comunidade será possível fazer a coleta domiciliar. Se houver planejamento e auxílio da Associação é possível. Para isso coloca à disposição tanto a Cooperativa quanto a equipe de Resíduos da SM para tratar o assunto. O Sr. Presidente disse que colocará como pauta da próxima reunião apresentação dos resultados da cooperativa referentes à 2022.

- c. **Conselheira Paulo Velzi:** registrou a presença da Sr. Fernanda, do FUNBEA. Ela gostaria de fazer uma apresentação e talvez pudéssemos reservar um espaço na próxima reunião. O Sr. Presidente respondeu que não há problema, porém pediu que a solicitação seja feita formalmente à Secretaria de Meio Ambiente.

- d. **Sr. Raphael:** em relação à atualização sobre as obras do Itapanhaú, lembrou que a visita foi realizada em março/2022 por conselheiros do CONDEMA e membros da Câmara Técnica de Avaliação de Empreendimentos dos Parques. Em agosto de 2022 esteve em reunião no Parque Estadual Padre Dória e para sua surpresa e de outros colegas, soube que o Consórcio Adutora Serra do Mar abandonou as obras. Eles disseram que farão nova licitação e as obras reiniciariam no início deste ano. Todos sabem que acompanhamos o processo de perto, vigilantes, pois os desdobramentos e impactos desta obra muito nos preocupam. Por isso nossa solicitação para o convite à SABESP para esclarecimentos. Agradeceu e pediu que esta pauta seja na reunião de fevereiro. O Sr. Presidente oficiará a SABESP e ficará dependendo da agenda deles, colocando na pauta assim que possível.
- e. **Sra. Fernanda:** agradeceu a oportunidade e apresentou-se. Disse fazer parte do FUNBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental e que tem atuação bastante forte no litoral norte. Formalizará o pedido para apresentar ao conselho o trabalho realizado pelo FUNBEA e verificar a possibilidade de parceria.

O Sr. Presidente agradeceu a todos e finalizou afirmando que estamos dando um grande passo em relação a Educação Ambiental. Teremos um prédio ao nível das nossas ações, que dará suporte para tudo que vimos realizando. Na próxima reunião trará as demandas do Festival Oceane-se na Mata Atlântica, em comemoração à década do Oceano. Estamos prevendo uma série de propostas e a Sra. Mylene, junto com o Sr. Sandro e a Sra. Renata, da sua equipe, preparará uma apresentação para trazer ao conselho.

O conselheiro Filipe Sofiati informou que este ano haverá o “Maio Náutico” novamente. Um workshop cujo foco é o desenvolvimento do turismo náutico com sustentabilidade. Os palestrantes se voltam para o desenvolvimento do turismo náutico pensando na conservação dos rios, mares e mangues. O evento acontecerá em maio. Estamos começando a preparar agenda e estruturar tudo. Informou também que foi aprovado para acontecer este ano novamente o “Navegar é Preservar” que, quando ocorreu, foi o maior evento de limpeza de mar do Brasil nos últimos cinco anos. Foi um evento de 30 dias, com navegação de 4 dias, que contou com a participação de 11 municípios desde Bertioga até Cananéia. Este ano o evento acontecerá no Litoral Norte, desde Bertioga até Ubatuba, com a ação da Prefeitura e ONGs, com 7 dias de navegação. Como a região possui muitas ilhas, e estas apresentam sérios problemas em relação aos seus resíduos, o foco da limpeza estará nelas também. Em breve trará o detalhamento da programação. O Sr. Presidente agradeceu e disse que é importante trazer isso para o Conselho, pois podemos ajudar a disseminar a informação.

Por fim, o conselheiro Rogério comentou sobre o “Maio Náutico”, dizendo que tem parceria com o SESC para um trabalho de canoagem com hóspedes do SESC e, em breve, faremos para o pessoal da terceira idade. Explicou que essa navegação acontece na área do Forte, com um trabalho de educação ambiental e também sobre a história da cidade. Fazemos travessia para a Ermida, vamos até o manguezal. O que estão sentindo bastante nessa região é a velocidade das embarcações no canal, superior ao que é permitido, causando grande risco para os praticantes da canoagem. Sugere que se pense na melhor forma de realizar o evento, analisando os reflexos para o município. Falou também que o mangue vermelho está bastante assoreado por conta da navegação. É importante contemplar todas as práticas de navegação no município, que

preza tanto por esporte, cultura e lazer. O conselheiro Filipe respondeu que, na verdade, o evento prevê justamente desenvolver o turismo náutico com sustentabilidade, sem agredir o meio ambiente. Os palestrantes falam exatamente disso, de velocidade, tipo de motor para agredir menos os rios. Essa atualização é importante porque houve várias denúncias sobre este assunto, sobre mangue e disse que entrou em contato na manhã de hoje com a Marinha e eles informaram justamente sobre balizamento, sinalização e boias. Disse que está desde cedo conversando com o comandante para saber quem aprova este tipo de sinalização, de quem é a responsabilidade. O “Maio Náutico” combate exatamente isso. Trazemos órgãos ambientais marítimos, Marinha, polícia militar náutica. Estamos prevendo para este ano também o PGI – Plano de Gestão Integrada, onde conseguiremos criar normas, mas, para executar essas normas trabalharemos a questão educacional. O Sr. Presidente agradeceu e colocou a Secretaria de Meio Ambiente à disposição para qualquer auxílio necessário.

A próxima reunião foi agendada para o dia 28 de fevereiro de 2023. Nada mais havendo para tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual eu, Cinthia Pestana Gomes (.....), lavrei a presente ata que depois de lida, discutida e achada conforme, foi assinada por mim, pelo Presidente e demais membros presentes. É parte integrante desta ata a Lista de Presença.

Bertiooga, 31 de janeiro de 2023.

Eng.º FERNANDO ALMEIDA POYATOS

Secretário de Meio Ambiente
Presidente do CONDEMA

Eduardo Ferreira dos Santos Souza

FF – titular

Marisa Roitman

SMA – suplente

Ezequiel Celestino de Moura

SM – suplente

José Carlos Cavalcanti de Melo

SU – titular

Filipe Toni Sofiati

PMB – suplente

Juarez Michelotti

SESC – titular

Maria Inês Verdiani de Carvalho

AMAB – titular

Luiz Augusto Pereira de Almeida

Fundação 10 de Agosto – titular

Rogério Rosa Jorge

ABECO – suplente

Teresa Cristina Pinho Favaretto

ONG Crescer – titular

Paulo Roberto Maria Velzi

AEAAB – titular

LISTA DE PRESENÇA
DA 258ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2023 (VIRTUAL)

INSTITUIÇÃO	CONSELHEIRO	ASSINATURA
SM Presidente	Fernando Almeida Poyatos	Presente
REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO		
1. FF	Eduardo Ferreira dos Santos Souza	Presente
	Maria de Carvalho Tereza	-----
2. SMA	João Thiago Wohnrath Mele	-----
	Marisa Roitman	Presente
3. SM	João Carlos dos Santos Lopes	-----
	Ezequiel Celestino de Moura	Presente
4. SU	José Carlos Cavalcanti de Melo	Presente
	Maurício dos Santos Souza	-----
5. ST	Ney Carlos da Rocha	-----
	Filipe Toni Sofiati	Presente
6. DHA	André Rogerio de Santana	Justificou
	Regiane de L. Toledo Machado	Justificou
REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL		
a) Entidades civis de Assoc. de Moradores, Associações Benéficas ou Clubes de Serviço		
7. SESC	Juarez Michelotti	Presente
	Emerson Luis Costa	-----
8. 10 de Agosto	Luiz Augusto Pereira de Almeida	Presente
	Keila Seidel de Almeida H. Vallongo	-----
9. AMAB	Maria Inês Verdiani de Carvalho	Presente
	Maria José Ribeiro de Matos	-----
b) Entidades civis voltadas à preservação do meio ambiente		
10. ONG Crescer	Teresa Cristina Pinho Favaretto	Presente
	Udo Stellfeld	-----
11. ABECO	Cristiano Borges Muriana	-----
	Rogério Rosa Jorge	Presente
c) Entidade civil de Associação de Profissionais Liberais		
12. AEAAB	Paulo Roberto Maria Velzi	Presente
	Eduardo Cesar Lima Tomé	-----

LISTA DE PRESENÇA
DA 258ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONDEMA DE BERTIOGA – 2023

	Nome por extenso	Instituição (se for o caso)
1.	Mylene Vaz Pinto Lyra	Diretora de Educação Ambiental - SM
2.	Renata de Brito	Chefe do - SM
3.	Sandro Bueno Justo	CEA - SM
4.	Raphael Roberto	
5.	Fernanda	FUNBEA
6.		
7.		
8.		
9.		
10.		
11.		
12.		
13.		
14.		
15.		
16.		
17.		
18.		
19.		
20.		